CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DO OBSERVATÓRIO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO EM JUSTIÇA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PARA A CONSOLIDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (UFMS)

JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E GRUPOS VULNERÁVEIS

C749
Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande/MS;

Coordenadores: Elisaide Trevisam e Maria Paula Zanchet de Camargo Padilha – Campo Grande: Mato Grosso, 2026.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5274-435-7
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Sustentabilidade, Consensualidade, Governança Digital e Inteligência Artificial.
1. Transição energética justa. 2. Inovação social. 3. Sustentabilidade. 4. Governança. I. Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável (1:2026 : Campo Grande/MS).

CDU: 34

CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DO OBSERVATÓRIO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO EM JUSTIÇA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PARA A CONSOLIDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (UFMS)

JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E GRUPOS VULNERÁVEIS

Apresentação

Os presentes anais reúnem os trabalhos aprovados e apresentados no Congresso Interdisciplinar em Justiça e Transição Energética, espaço acadêmico-científico concebido para fomentar o diálogo qualificado, interdisciplinar e crítico acerca dos desafios contemporâneos relacionados à transição energética, à justiça climática e à promoção do desenvolvimento sustentável.

O evento consolidou-se como um ambiente de produção e circulação de conhecimento comprometido com a articulação entre Direito, políticas públicas, inovação tecnológica e inclusão social, reunindo pesquisadores, docentes, discentes e profissionais de diversas áreas. A proposta central foi promover reflexões aprofundadas sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais da transição energética, com especial atenção à construção de caminhos justos, inclusivos e sustentáveis.

A organização dos trabalhos em Grupos de Trabalho (GTs) possibilitou o aprofundamento temático e o diálogo especializado, contemplando diferentes dimensões da temática central:

O GT 1 – Justiça Climática e Transição Energética Justa, coordenado pelas Profas. Dras. Ynes da Silva Félix e Valéria Furlan, concentrou-se na análise dos fundamentos teóricos e práticos da justiça climática, bem como nos desafios para a implementação de uma transição energética equitativa.

O GT 2 – Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Proteção dos Direitos Humanos, sob coordenação do Prof. Dr. Aldo Aranha de Castro, da Profa. Dra. Camila Amaro de Souza e do Prof. Dr. Antonio Conceição Paranhos Filho, promoveu debates acerca da intersecção entre proteção ambiental e garantia de direitos humanos em contextos de mudanças climáticas.

O GT 3 – Governança, Direitos Fundamentais e Políticas Públicas de Energia, coordenado pelo Prof. Dr. César Augusto Silva da Silva e pela Profa. Dra. Elaine Dupas, abordou os arranjos institucionais, regulatórios e políticos necessários para a efetivação de políticas públicas energéticas alinhadas aos direitos fundamentais.

Os GTs 4 – Inovação Social e Tecnologias Sustentáveis e GT 6 – Regulação, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento, ambos coordenados pela Profa. Dra. Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas e pelo Prof. Dr. Ari Rogério Ferra Júnior, reuniram trabalhos voltados, respectivamente, ao papel das inovações tecnológicas e sociais na promoção da sustentabilidade, bem como à análise dos instrumentos regulatórios e dos mecanismos de responsabilização necessários para um desenvolvimento alinhado aos princípios da justiça socioambiental.

O GT 5 – Justiça Socioambiental e Grupos Vulneráveis, coordenado pelas Profas. Dras. Maria Cristina Zainaghi e Vivian de Almeida Gregori Torres, voltou-se à análise das desigualdades socioambientais, com enfoque na proteção de grupos vulneráveis diante dos impactos da transição energética.

Os trabalhos aqui publicados refletem a diversidade de abordagens, a consistência teórica e o compromisso crítico dos autores com a construção de uma agenda acadêmica e institucional voltada à justiça energética e à sustentabilidade. Trata-se de uma produção que contribui não apenas para o avanço do conhecimento científico, mas também para o fortalecimento de políticas públicas e práticas sociais comprometidas com a equidade e a proteção dos direitos fundamentais.

Espera-se que estes trabalhos publicados constituam referência para futuras pesquisas, debates e formulações normativas, reafirmando o papel da academia na construção de respostas inovadoras e responsáveis frente aos desafios da transição energética contemporânea.

JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL: A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA NO MATO GROSSO DO SUL

SOCIO-ENVIRONMENTAL JUSTICE: THE ENERGY TRANSITION IN THE CONTEXT OF AGRARIAN REFORM IN MATO GROSSO DO SUL

Maria Luiza Solon Cardoso Monaco [1]
Devanildo Braz da Silva [2]
Fernando Lopes Nogueira [3]
Sandro Fabian Francilio Dornelles [4]
Tchoya Gardenal Fina Do Nascimento [5]

Resumo

O senso de solidariedade e a preocupação com a natureza, contrapondo o enfoque no desenvolvimento econômico, caracteriza a justiça socioambiental. Faz-se necessário, portanto, articular políticas públicas as quais buscam efetivar a sustentabilidade. O objetivo central da pesquisa, nesse sentido, é verificar de que modo a Política Nacional de Transição Energética pode articular-se com a Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul, evidenciando suas relações com a justiça socioambiental e o desenvolvimento sustentável. Os objetivos específicos contextualizam a necessidade de observar a justiça socioambiental na realidade da transição energética, identificando os prejuízos que a falta de energia renovável pode gerar na comunidade assentada e as maneiras possíveis de promover direitos sociais, ambientais e econômicos no contexto da reforma agrária. No método, utilizou-se a abordagem dedutiva e qualitativa, apoiada por uma análise bibliográfica. Por fim, concluímos ser possível e indicado articular as PNTE e a Reforma Agrária por meio de projetos institucionais que

[1] Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: maria.s.cardoso@ufms.br. Lattes: https://lattes.cnpq.br/4008665854371418.

[2] Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: devanildo.silva@ufms.br. Lattes: https://lattes.cnpq.br/4624810056908982.

[3] Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: fernando.nogueira@ufms.br. Lattes: https://lattes.cnpq.br/1812990122046731.

[4] Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: fernando.nogueira@ufms.br. Lattes: https://lattes.cnpq.br/8652519769282266.

[5] Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: tchoya.fina@ufms.br. Lattes: https://lattes.cnpq.br/7388054018766599.

apoiem o INCRA na construção de uma infraestrutura energética renovável e acessível de qualidade, como a parceria entre a UFMS e o INCRA na implementação da energia fotovoltaica.

Palavras-chave: Reforma agrária, Transição energética, Sustentabilidade

Abstract/Resumen/Résumé

The sense of solidarity and concern for nature, as opposed to the focus on economic development, characterizes socio-environmental justice. It is therefore necessary to articulate public policies that seek to achieve sustainability. The central objective of this research, in this sense, is to verify how the National Energy Transition Policy can be articulated with Agrarian Reform in Brazil, highlighting its relationships with socio-environmental justice and sustainable development. The specific objectives contextualize the need to observe socio-environmental justice in the reality of the energy transition, identifying the damages that the lack of renewable energy can generate in the settled community and the possible ways to promote social, environmental and economic rights in the context of agrarian reform.The methodology employed a deductive and qualitative approach, supported by a literature review. Finally, we conclude that it is possible and advisable to articulate the National Energy Transition Policy and Agrarian Reform through institutional projects that support INCRA in the construction of a quality renewable and accessible energy infrastructure, such as the partnership between UFMS and INCRA in the implementation of photovoltaic energy.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Agrarian reform, Energy transition, Sustainability

INTRODUÇÃO

A busca por edificar a sustentabilidade decorre de uma nova concepção acerca do desenvolvimento, pois traz consigo o senso de solidariedade e preocupação com a natureza. Nesse cenário, uma importante iniciativa é transformar a matriz energética brasileira visando a equidade. Entretanto, por demandar infraestrutura adequada no acesso às tecnologias limpas, torna-se um desafio concretizar uma transição energética justa e inclusiva. Seguindo esta concepção, o problema de pesquisa consiste no seguinte questionamento: De que modo a Política Nacional de Transição Energética pode se articular com a realidade da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul? A pesquisa justifica-se pela necessidade de verificar a convergência da Política Nacional de Transição Energética com a especificidade da reforma agrária. O objetivo central da pesquisa é analisar as relações que possuem a Política Nacional de Transição Energética e a reforma agrária brasileira, à luz da justiça socioambiental e do desenvolvimento sustentável. Entre os objetivos específicos, pretende-se examinar o contexto da justiça socioambiental e sua relação com a transição energética justa e inclusiva, identificar os principais prejuízos que a falta do acesso à energia renovável pode gerar na comunidade assentada, bem como de que maneira promover direitos sociais, ambientais e econômicos nos assentamentos rurais, adotando o método de pesquisa exploratório qualitativo, com abordagem dedutiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A preocupação para além da exclusividade econômica se inicia no século XX. Especificamente, em 1960, iniciativas internacionais buscam redirecionar a humanidade a um contexto interdisciplinar na abordagem do desenvolvimento (Barbieri, 2020, p. 9). As questões de natureza social se incorporam à proteção ambiental de modo que configuram o "tripé da sustentabilidade", realidade presente na Agenda 2030 no combate à desigualdade e injustiça.

A Reforma Agrária brasileira, segundo Havrenne (2022, p. 72), "objetiva oferecer meios de desenvolvimento social e econômico às pessoas na medida que confere acesso à terra a uma gama de excluídos". Entretanto, fatores como a precarização do acesso à energia elétrica dificultam a produção e a qualidade de vida, podendo ser amenizados, conforme Martins et al. (2024, p. 6) com a autossuficiência energética por meio de tecnologias limpas

promovidas por políticas públicas, como resposta ao problema da pesquisa. Logo, articula-se as duas políticas sustentáveis.

Nesse cenário, no Brasil, a Política Nacional de Transição Energética busca a garantia de acesso universal a serviços energéticos de qualidade, ambientalmente sustentáveis. Uma importante iniciativa governamental para a modernização e para a busca pela equidade, uma vez que, conforme Sovacool (2012) "o acesso a serviços modernos de energia pode expandir as atividades geradoras de renda, o que pode reduzir significativamente a pobreza". No entanto, segundo Diniz, Oliveira e Costa (2021, p. 356) há uma incongruência entre as relações de poder que dificulta a efetividade de princípios éticos de solidariedade

Atualmente, a Transição Energética no Brasil ganha escopo a partir da Política Nacional de Transição Energética, a qual preocupa-se com o acesso universal, renovável e menos poluente, bem como com o baixo custo. A iniciativa é relevante posto que o acesso a serviços energéticos garante ao indivíduo a justiça socioambiental, materializada na execução de atividades básicas e essenciais ao cotidiano, como, por exemplo, o cozimento de alimentos, a iluminação, a refrigeração e o aquecimento, dentre outros, buscando então garantir o acesso equitativo, ou seja, a correta distribuição dos ônus e bônus advindos do contexto social.

O marco inicial na vida de um assentamento começa com a instalação das famílias. Desse modo, para morar e explorar, é necessário investimento do INCRA, autarquia federal que executa a gestão das terras desapropriadas, conferindo ao assentado, caso os requisitos legais sejam cumpridos, o título da terra. Nesse contexto, o acesso a energia elétrica é executado pelas concessionárias locais de energia (Brasil, 2020).

Na realidade da Reforma Agrária brasileira, é necessário que haja facilidade no acesso aos serviços energéticos por meio de tecnologias limpas, configurando uma matriz energética renovável para que direitos básicos sejam efetivados, como à vida digna, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, já que, na maioria das vezes, os locais da instalação das famílias são isolados, comprometendo a garantia desses direitos, acarretando também em prejuízos tanto na moradia, como o comprometimento da qualidade de vida, quanto na atividade de exploração.

Nesse sentido, uma forma de facilitar o acesso e construir uma matriz renovável nos assentamentos é a utilização da energia fotovoltaica, realizada no âmbito do projeto de extensão "Regularização Fundiária Rural Integrada e Sustentável: Formação, Infraestrutura e Acesso a Mercados", uma parceria entre a UFMS e o INCRA, em que uma das metas é voltada ao fomento à sustentabilidade e transição energética, que prevê atividades de qualificação e formação dos assentados nas temáticas de sustentabilidade energética e

operação dos sistemas fotovoltaicos, bem como instalação de placas fotovoltaicas para suprir a necessidade de energia elétrica no funcionamento dos poços artesianos que atendem à comunidade do assentamento, sendo, num primeiro momento, como projeto piloto, instaladas placas em dois assentamentos da região oeste de Mato Grosso do Sul, no intuito de promover direitos sociais (vida digna), ambientais (diminuição de gases de efeito estufa) e econômicos (otimização da produção).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urgência em consolidar a sustentabilidade exige políticas públicas e parcerias específicas. Convergir a Política Nacional de Transição Energética e a Reforma Agrária brasileira representa um caminho para edificar a sustentabilidade pois prioriza-se justiça socioambiental. Isto exposto, concluímos ser possível convergir os interesses da Política Nacional de Transição Energética na Reforma Agrária, por meio de parcerias com o INCRA, que almejam a autossuficiência energética nos assentamentos, modernizando a infraestrutura e garantindo justiça socioambiental no contexto da transição energética brasileira.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), razão pela qual direcionamos agradecimentos.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à agenda 2030**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Assentamentos**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos. Acesso em: 25 fev. 2026.

HAVRENNE, Michel. **Direito Agrário.** 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022.

SOVACOOL, Benjamin K. **The political economy of energy poverty: A review of key challenges**. Energy for Sustainable Development, Volume 16, Issue 3, 2012, Pages 272-282, ISSN 0973-0826, https://doi.org/10.1016/j.esd.2012.05.006. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0973082612000373?casa_token=p1OPh8-mZWIAAAAA:T3-4WzkpWsyoxx58s4HCk4hyr9HSRphTI91gPU3KNnXoN62RM-yvkU_TTh8rAjyp23doroQHaIM**C.** Acesso em: 23 fev. 2026.

MARTINS, Lucas Carvalho; CEZARINO, Luciana Oranges; SILVA, Pablo Rogers; MARTINS, Gleyzer; BETANHO, Cristiane; BORSATTO, Jaluza Maria Lima Silva. Combo Energético Sustentável: Uma análise de viabilidade de Tecnologias Limpas na produção de energia em um assentamento de Reforma Agrária em Minas Gerais. **Revista Derecho y Cambio Social**, [S. l.], ISSN 2224-4131, disponível em: http://www.derechoycambiosocial.com/. Acesso em: 25 fev. 2026.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; OLIVEIRA, Márcio Luís de; COSTA, Beatriz Souza. A justiça socioambiental historicamente possível: a atribuição de um sentido hermenêutico-concretizador. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 123, p. 353-385, jul./dez. 2021. DOI: 10.9732/2021.V123.925.